

EDITORIAL

Agravamento da crise e a necessária mobilização

A extensão e o evidente agravamento dos problemas salariais no IPA neste segundo semestre de 2018 motivaram esta edição do *Período Livre*, com vistas a uma panorâmica da situação, uma avaliação da mobilização dos professores no primeiro semestre, bem como as perspectivas para o final do ano.

É fato que a mobilização dos professores que resultou nas paralisações de abril e maio não produziu efeito que transcendesse as motivações da ocasião, mas, sem dúvida, seu arrefecimento deu margem ao agravamento das pendências e dos problemas.

Estenderam-se os prazos para o recebimento dos salários, agregou-se a pendência do 13º, por enquanto da primeira parcela, e o drama dos professores demitidos em julho, perspectiva certamente dos que vieram a ser desligados.

No lado da instituição, a substituição da Reitora não melhorou o diálogo objetivo sobre os problemas dos professores, nem tampouco a compreensão do que efetivamente está acontecendo.

O agravamento da crise e o arrefecimento da mobilização dos professores aumentou o distanciamento dos gestores, cujas manifestações, na forma de comunicados vagos e burocráticos, perderam completamente a credibilidade da comunidade aca-

dêmica, especialmente pela absoluta falta de efetividade.

É evidente que os gestores da Rede Metodista, dentre o conjunto de instituições no Rio Grande do Sul (Centenário e Fames-Santa Maria, IE-Passo Fundo, União-Uruguaiana e IMEC-Porto Alegre) isolaram o problema no IPA, haja visto que em todas as demais não há pendências salariais. As receitas e as decisões sobre a sua destinação são definidas por São Paulo, por gestores pouco afeitos a reuniões e negociações.

Por tudo isso, o Sinpro/RS está alertando para o agravamento da situação neste final de ano. Quem não tem condições de pagar a metade do 13º salário terá condições de pagar a integralidade em dezembro? Como ficarão as férias, com previsão de início e pagamento em data próxima ao vencimento do salário de dezembro? E os direitos rescisórios dos professores que vierem a ser desligados ao final do ano?

Por todo este cenário e suas perspectivas sombrias, é fundamental que os professores retomem o protagonismo na luta pela garantia dos seus direitos, básicos de uma relação contratual de emprego: salário, padrão digno de tratamento e verbas rescisórias no seu desligamento.

Direção Colegiada

A mobilização do primeiro semestre e a necessidade de sua retomada

A mobilização foi a marca do primeiro semestre de 2018 no Centro Universitário Metodista – dos professores, pela iniciativa da paralisação das atividades; e dos estudantes em solidariedade às reivindicações dos docentes.

O movimento dos professores, nas duas paralisações realizadas, alcançou o objetivo do pagamento dos salários pendentes na ocasião.

O recesso de julho e a ideia de um fôlego para a instituição arrefeceram a mobilização. Em consequência, a primeira parcela do 13º salário, até agora, não foi paga. Ao longo dos meses de agosto e setembro, em reuniões e vários contatos telefônicos, a gerência financeira do IPA, em nome da Rede Metodista, insinuou o pagamento parcelado do débito, o que nunca se materializou em proposta objetiva, muito menos em pagamento.

O acúmulo da pendência do 13º com o salário de setembro motivou o Sindicato à convocação de nova assembleia no dia 9 de outubro. No encontro, foi decidida uma nova ofensiva de denúncia da situação no IPA e de mobilização dos professores para evitar o apagão de salários no final do ano.

Conforme é do conhecimento dos professores, até o dia 15 de dezembro deve ser pago o saldo de 13º salário, no início de janeiro (08/01 – quinto dia útil) vence o salário de dezembro e por estes dias deve ser pago o salário de férias (30 dias + 1/3).

Será que o IPA, que não tem efetivado o pagamento dos salários no prazo corrente, terá condições de honrar todos estes compromissos?

Face a estas perspectivas, o Sinpro/RS e a Assembleia dos Professores consideraram e propuseram a retomada da mobilização dos professores

As rescisões não pagas

No recesso de julho, o IPA demitiu 26 professores. Demitiu e não pagou as verbas rescisórias, nem tampouco agendou a homologação das rescisões.

Face ao problema, o Sinpro/RS iniciou tratativas para a solução das verbas rescisórias. Das tratativas com a instituição resultou uma proposta de Acordo Coletivo aprovada pelos professores em 9 de agosto. Segundo o instrumento acordado, os valores devidos seriam pagos em até dez vezes, tendo como valor mínimo da parcela o equivalente ao último salário recebido pelo professor, a iniciar em 5 de setembro.

Além do Acordo Coletivo entre o Sinpro/RS e o IPA, a adesão aos seus termos era de livre opção individual do professor. Passado mais de um mês, o IPA pagou apenas metade da primeira parcela aos professores.

O Sindicato tem denunciado o descumprimento à sociedade e ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

As multas de 2015

No último dia 2 de outubro foi realizada reunião na Justiça do Trabalho (Cejusc), tendo como pauta as multas devidas pelo IPA em função dos atrasos no final de 2015 (setembro, outubro, novembro e 13º salário).

Trata-se de ação em fase de execução no montante de R\$ 1,3 milhão. Não houve acordo, uma vez que a proposta da instituição objetivava a redução de dois terços do valor devido. Na sequência da tramitação, foi retomado o bloqueio de conta do IPA, que o sindicato concordou em levantar em troca de um bem imóvel em Passo Fundo, com perspectiva de alienação para saldar a dívida com os professores.

Os débitos com o Sinpro/RS

Além dos atrasos sistemáticos de salários, pendências de 13º, de verbas rescisórias e de recolhimento de FGTS, o IPA também é devedor, ao Sindicato, da Contribuição Assistencial de 2017 e 2018, descontada dos professores.

É por esta falta de repasse do IPA que os professores associados ao Sinpro/RS ainda não receberam a sua restituição do último Imposto Sindical descontado em março de 2017.

O Sindicato tem reiteradamente pautado o assunto nas reuniões com os gestores da instituição.

FGTS

Em resposta à campanha desenvolvida pelo Sinpro/RS de alerta aos professores para o acompanhamento do seu FGTS, têm-se intensificado os questionamentos e as preocupações com esta questão no IPA.

Conforme é do conhecimento geral, a instituição não vem recolhendo o FGTS desde agosto de 2016, portanto, há mais de dois anos, além de outras competências ao longo dos anos.

As referências a “negociações com a Caixa” e a “iminência de um acordo” há meses não integram mais o discurso da gestão, evidenciando que não passavam de falácia.

O Sinpro/RS pauta seu padrão de assistência às rescisões contratuais pela exigência, também, de integralização do saldo credor do FGTS. Trata-se do principal valor devido nas rescisões acordadas para pagamento parcelado, o que infelizmente não está acontecendo.

O Sindicato irá ajuizar ação coletiva para evitar a prescrição dos créditos dos professores e buscar a regularização dos recolhimentos.

Nesta eleição, não se trata de votar

contra este ou aquele.

O momento é de votar a favor da educação, da liberdade, da democracia, dos trabalhadores.

Pesquise o passado e o que defendem os candidatos. Senão seu voto pode eleger quem é contra você.

PENSA BEM E
CONFIRME

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

D3

Sinpro/RS Av. João Pessoa, 919 - Porto Alegre/RS - 90.040-000

Visto: / /

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
() Endereço Insuficiente
() Ausente
() Não existe o nº indicado
() Falecido
() Recusado
() Desconhecido
() Outros (Especificar)
() Mudou-se